



Anais da Assembléia

Nº 235

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 02ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielese, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3326

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de profundo pesar, à família Bortoloto pelo falecimento do Senhor Divino Bortoloto, inventor do semáforo de ciclovisual.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à família Bortoloto, através de correspondência a ser enviada à Avenida Basílio Saltschuk, 265, apto. 143, Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 3324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de pesar à família Souza, pelo falecimento do ilustre Senhor Geraldo Luiz de Souza, Engenheiro Agrônomo, ex-Presidente da EMATER, ex-Presidente da CLASPAR, ocorrido no dia 18 de dezembro do corrente, na Cidade de Curitiba.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

solicitando o envio do presente à família enlutada, na Rua Acyr Guimarães, 420, apto. 1101, CEP: 80240-230, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, registro nos Anais da presente sessão, do lamentável falecimento da Senhora Ermelinda Busadori, ocorrido no dia 18 de dezembro de 1997, em Londrina, cidade em que foi pioneira, mãe e vó, estimada e dedicada, reconhecida por familiares, vizinhos e amigos.

Requer ainda a expedição de votos de pesar desta Casa de Leis à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar, à família Iarema, pelo falecimento do Senhor Alexandre Iarema, ocorrido em Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos os familiares.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 3320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à direção da Universidade Federal do Paraná, que em dezembro comemora 85 anos de fundação.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao Reitor da Universidade Federal do Paraná, José Henrique de Faria, na Rua XV de Novembro, 1299, Caixa Postal 441 - CEP: 80080-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná, instituição de ensino superior mais antiga do Brasil, completa 85 anos. Orgulho de todos os paranaenses, a UFPR continua a ser um importante fórum de debates, pesquisa, formação profissional e o mais importante: sua ação social junto à comunidade.

Responsável pela administração do Hospital de Clínicas, o trabalho desenvolvido pelos professores e alunos no hospital-escola o torna referência internacional em diversas áreas. Com o apoio da sociedade, a Universidade Federal do Paraná continuará a cumprir seus objetivos como instituição de ensino público eficiente e inquestionáveis méritos.

REQUERIMENTO Nº 3329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de congratulações à Rádio Paiquerê de Londrina, por ser a única rádio do Paraná e uma das três do Sul do Brasil, a transmitir a Copa do Mundo na França.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Empresário, diretor, comentarista, o Senhor João Batista Faria, depois de cobrir o sorteio das chaves em Marseilha e acertar todos os detalhes para o trabalho da equipe Paiquerê na cobertura da Copa. É um trabalho que traz a marca da profissionalismo e eficiência.

A Rádio Paiquerê merece nosso reconhecimento pelo esforço em colocar o ouvinte de Londrina e do Norte do Paraná a par do que está acontecendo em todo o mundo, na maioria das vezes no exato momento em que o fato está sendo gerado.

REQUERIMENTO Nº 3318

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Grupo Gaitaço, do Município de Guaraniáçu-PR, pelo lançamento do 3º CD.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Altério Brescovit, à Rua Siqueira Campos, 804 apto. 504, Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os componentes do Grupo Gaitaço souberam unir paciência e criatividade para somar à inteligência e vocação o que tornou o conjunto como um grupo de distinção e de grande repercussão.

No Brasil, surge a cada momento novos conjuntos musicais o que dificulta a consolidação no ramo. Considerando-se ainda o extremo bom gosto da nossa gente pela música, podemos imaginar o quão é difícil superar as barreiras para alcançar o sucesso.

O Gaitaço é um exemplo indiscutível de mercado assegurado. Ao contratar o conjunto garante-se a presença maciça de espectadores, isso justifica o porquê que o grupo possui um agitado calendário de programações, fazendo hoje uma média de três shows por semana, levando sempre descontração e boa música a diversos Estados do território brasileiro.

Esta bem sucedida carreira iniciou-se a dez anos atrás, quando os jovens talentos Douglas, Jale, Luciano, Nilton Téio e Vanclei, partiram para a vida artística. Após longos anos de labuta, os objetivos pleiteados foram plenamente alcançados.

Hoje Gaitaço é sinônimo de bom gosto e alegria contagiante.

Diversas vezes pude presenciar os espetáculos proporcionados pelos membros do mencionado conjunto. Foi aí que encontrei a razão para tanto sucesso.

O lançamento do terceiro CD é prenúncio de mais uma excelente vendagem de cópias e resultado de muito trabalho e ensaio.

Este conjunto felizmente é paranaense, do Oeste do Estado, precisamente da querida Guaraniáçu. Assim é um referencial para o Paraná a nível nacional.

A proposição ora apresentada visa incentivar os músicos do Gaitaço a continuar trilhando os caminhos do sucesso.

REQUERIMENTO Nº 3319

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando qual é o montante de verba repassado ao Município de Almirante Tamandaré. Especificar também qual a finalidade e de qual Secretaria de Governo.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 3323

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após anuência do Plenário, a transcrição nos Anais, do artigo anexo, de autoria do economista Professor Marcos Cintra, Doutor pela Universidade de Harvard e vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas, intitulado "Covas faliu São Paulo", publicado no Jornal do Brasil do último dia 16.

O emblemático ensaio do Professor da FGV demonstra que o "endividamento com sucateamento" da administração pública paulista, resultou na proibição de o outrora pujante Estado de São Paulo "assumir novos empréstimos internos ou externos, até que a dívida do Estado iguale suas receitas", o que irá "restringir seriamente a capacidade de gestão nas décadas vindouras".

Falta pois, autoridade ao Presidente da PSDB local, ex-Deputado Mendes Thame e outros corifeus dos interes-

ses paulistas, de expressar juízos de valor sobre o Paraná, a pretexto de que o Governo Federal teria efetivado um empréstimo de um bilhão de dólares para o Governador Jaime Lerner, como divulgou no Jornal "Folha de São Paulo" do dia 17 último, como "uma dinheirama para o Lerner".

Na realidade a União Federal não contratou nem prometeu contratar qualquer centavo em favor do Paraná; nosso Estado é que foi ao Senado, no exercício de sua autonomia constitucional, comunicar que negociou a contratação de três empréstimos internacionais oficiais, a juros baixos e longo prazo, para promover seu desenvolvimento.

Não devemos aos cofres da União os 50 bilhões de dólares que São Paulo deve e nem temos satisfações a dar a outro Estado ou seus políticos, mesmo porque - comemorando amanhã, 144 anos de emancipação - há século e meio deixamos de ser a Quinta Comarca.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 742/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Mães e Pais do Conjunto Aquiles Stenghel - AMPAS, com sede e foro no Município de Londrina - PR.

Art. 2º - O projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mães e Pais do Conjunto Aquiles Stenghel - AMPAS, presta serviços de assistência social com atendimento de 85 (oitenta e cinco) crianças na faixa etária de 0 a 7 anos, com alimentação, tratamento médico, odontológico, psicólogos, etc.

Além desses benefícios que a entidade oferece, também inclui atividades de recreação e lazer, considerando aspectos físico das crianças, estimulando à criança para todas as outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em nome da Assembléia, em caráter excepcional, falará o 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Martins, para comemorar a data da emancipação do nosso Estado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) (Lê):

"Transcurso do 144º ano de emancipação política do Paraná

Curitiba, em 18.12.97.

Senhora e Senhores Deputados:

Estamos nos preparando para comemorar, amanhã, a data histórica da emancipação política do Paraná, criado em 1853 como Província, a mais jovem do então Império do Brasil.

A cada dia 19 de dezembro, cumpre relembrar fatos da emancipação, para que as novas gerações conheçam e possam reverenciar os acontecimentos históricos da vida paranaense.

Tais registros assinalam que a elevação do Paraná a Província foi alcançada após longa campanha popular, que afinal subiu ao Parlamento imperial.

Na legislatura de 1850, chegava ao Senado uma resolução da outra Casa da Assembléia Geral, que propunha a elevação da Comarca do Amazonas à categoria de Província. O Senador Batista de Oliveira apoiou-a com emenda extensiva à então Comarca de Curitiba, a 5ª Comarca de São Paulo.

Os debates parlamentares se prolongaram, com os representantes paulistas, principalmente os Deputados Joaquim Antonio Nébias e Martin Francisco, opondo-se obstinadamente à criação da Província do Paraná.

Mais tarde, em outra fase das discussões, coube aos Senadores Miguel Calmon e Carneiro Leão defender a criação

ção das duas províncias em projetos separados: um relativo ao Amazonas e outro ao Paraná.

E assim aconteceu, pois na sessão de 28 de agosto de 1850, foi aprovado o que criava a Província do Amazonas, sendo enviado à sanção imperial, enquanto o projeto que criava a Província do Paraná - embora aprovado na sessão do dia seguinte - como resultado de manobras regionais, foi remetido à Câmara dos Deputados e ali encalhou por longo tempo, só entrando em discussão na legislatura de 1853.

Coube então ao paranaense Paula Gomes, principalmente pela imprensa, defender a legitimidade da nossa causa. Depois de três anos de tramitação legislativa, o projeto de interesse do Paraná foi aprovado na sessão de 20 de agosto, subindo à sanção do Imperador Dom Pedro II e sendo convertido na Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, quando deixamos de ser a 5ª Comarca de São Paulo.

Decorreram quatro meses para ser instalada a nova Província do Paraná, o que aconteceu no dia 19 de dezembro de 1853, tendo como seu primeiro Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Samuel Guimarães da Costa, autor da História Política da Assembléia Legislativa do Paraná, relata que a nossa Província surgiu em época de profunda transformação do quadro nacional; quando os paranaenses enfim, começaram a andar com seus próprios passos.

Destaco esses fatos para avivar na memória da nossa gente, que - tanto no passado como no presente - temos sido vítimas de uma minoria que não deseja ver o Paraná como Estado poderoso, que tem agricultura pujante para matar a fome de brasileiros e de outros povos; que ajuda o Brasil a competir no mercado internacional, que está empenhado em transformações econômicas que assegurem ativa participação no parque industrial brasileiro - novo pólo de produção automotiva e de bens de consumo; como nova fonte de trabalho para impulsionar o desenvolvimento econômico nacional e o progresso social dos brasileiros.

Nesses 144 anos de emancipação política, o Paraná transformou-se num extraordinário laboratório multirracial, recebendo gente de todas as partes do mundo, abrigando as culturas mais diferentes - que formam um colorido e belo mosaico de integração humana - onde o povo vive em paz e labor.

Após se consolidar como um dos mais pujantes Estados agrícolas do País, o Paraná agora luta para transformar-se em competitivo pólo industrial.

De nada valerão as campanhas que pretendem denegrir - a exemplo do que se faz hoje em alguns setores econômicos de fora - a imagem nacional, e mesmo internacional do nosso Estado. Uma pesquisa de revista informativa mostrou que os paranaenses são os brasileiros que mais trabalham. E com qualidade. Por isso somos cada vez mais competitivos interna e externamente.

Se alguém está intranquilo com a ameaça que podemos representar, asseguro-lhes que pode estar descansado, porque - da mesma forma que sabemos competir com a nossa capacidade de produzir e com a qualidade do nosso trabalho - nós, paranaenses, temos também outros amores, representados pelos melhores valores que engrandecem os seres humanos.

Somos um povo que cultiva a amizade, respeita a tolerância, que crê, e tem fé. Pois, senhores, disso é feita a grandeza do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há poucos dias estive nesta tribuna denunciando a falta de segurança que campeia na região de fronteira e, particularmente, ali na Ponte da Amizade, aquela ponte que liga o Brasil ao Paraguai. A falta de segurança para a população de Foz do Iguaçu, principalmente naquela área, falta de segurança, principalmente para os turistas que por ali passam, recentemente um turista italiano foi assaltado em plena Ponte da Amizade, falta de segurança para os compristas, os sacoleiros que vêm do Brasil inteiro para fazer

compras no Paraguai, assalto a mão armada, tráfico de drogas, contrabando. Quer dizer, são crimes corriqueiros naquela região. Felizmente, até porque há uma reclamação generalizada da população, das entidades organizadas de um modo geral, parece-me que as nossas denúncias fizeram eco e chegaram em Brasília, em Assunção e também em Buenos Aires.

No dia de anteontem aconteceu em Foz do Iguaçu uma reunião com três Ministros: da Justiça do Brasil, Irls Resende, do Paraguai e do Interior, também da Argentina.

A notícia que o Jornal Gazeta do Povo, que temos conhecimento, é de que haverá um aumento efetivo de policiais rodoviários federais com uma ação mais rigorosa da Receita Federal para atuar naquela região na Ponte da Amizade. Nos deixa um pouco preocupados a informação de que esse reforço policial e aumento da fiscalização nas aduanas vai perdurar até o dia 27 de março de 1998, quando acontecerá uma reunião extraordinária dos Ministros do Interior do MERCOSUL, onde eles estariam tratando de ações mais enérgicas na área de segurança, principalmente nos pontos de fronteira, críticos, como é o caso da Ponte da Amizade, ali, em Foz do Iguaçu.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, fico contente, por um lado, porque as autoridades responsáveis estão se mobilizando tomando providências para atender esses nossos apelos.

Segundo informações, o Ministério da Justiça convocará, se necessário, ou convidar para participar das informações a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, tentando envolver as Polícias Civil e Militar de nosso Estado.

Outra notícia relativa à segurança é a nota que foi mandada pelos Prefeitos da AMOP, ao Procurador do Ministério Público, ao Ministério Público Federal, aos Procuradores Públicos Federais, denunciando o que está acontecendo ao longo da BR-277. Segundo os Prefeitos que assinaram esse documento, as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, como diz aqui na própria nota: "a pretexto de fiscalizar drogas ou armas, tomam impiedosamente as mercadorias ou cobram propina dessa massa de gente excluída do emprego, sem respeitar o valor da quota mínima permitida em lei, tornando-se esses compristas presas fáceis da ganância e prepotência da própria autoridade policial, quando essa mesma autoridade deveria dar proteção e segurança aos compristas, aos turistas, esses que agem, comprando o que prevê em lei da quota".

Essa nota dos Prefeitos é muito séria e tem que ser levada em conta pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, pelo Ministro da Justiça e pela Procuradoria da Justiça, porque nós sabemos que vivemos lá o dia-a-dia, que há esse tipo de abordagem - não vou aqui atacar ou agredir as corporações generalizadamente, mas há elementos destas, que achacam e "mordem" mercadorias e propinas desses compristas.

Espero que paralelamente ao aumento do efetivo policial, nesta região haja também mais rigor e seriedade por parte dos setores de repressão que atuam, principalmente, ao longo da BR-277, para dar uma atenção e uma resposta a essas denúncias, assinada por dezenas de Prefeitos dos municípios da nossa região Oeste do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de fazer um comunicado à Casa, com o assentimento dessa Presidência, estou distribuindo aos Senhores Deputados um projeto de campanha do Governador do Estado, Jaime Lerner, que diz entre os itens, atrás da nota: "regulamentação da Lei nº 10219/92 na Lei do Fundão", que o Governo está querendo acabar, portanto não cumpriu este preceito.

E, por último, outro item, concurso público de ingresso ao Magistério. Com o Paraná educação oficialmente ele deixa de, mais uma vez cumprir o que ele prometeu para os professores, em campanha. Está escrito aqui, não fui eu que escrevi, foi o Governador Jaime Lerner, em campanha, estamos só lembrando este fato.

Ainda, Senhor Presidente, endossando as palavras do Deputado Sérgio Spada, que os Prefeitos da região Oeste do Paraná, as associações e industriais estão muito preocupados com a exorsão feita pelos policiais civis, militares e rodoviários. Qualquer ônibus de compristas ou turistas que encostam entre Foz do Iguaçu e Cascavel, num posto de gasolina, num restaurante ou num hotel, imediatamente chega um desses policiais para extorquir. Se pegam mercadoria e se não receberem propina eles entregam a mercadoria para a Receita Federal fazer a autuação. Então estão extorquindo, o que está acontecendo? Estão abastecendo, comendo e bebendo após Cascavel, falindo empresa, etc. Porque o que está colocado é que nós temos uma aduana de fiscalização em Foz do Iguaçu e uma em Medianeira, se nesses dois lugares o Governo Federal não é capaz de fiscalizar o contrabando, não é a Polícia Civil e nem a Militar que tem a competência para fazer extorsão.

Muito obrigado, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Edu Kruger, conforme especifica, o imóvel denominado Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Edu Kruger, os lotes nº 40, com área de 84,7154 ha., e nº 51, com área de 13,3648 ha., ambos do imóvel denominado Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 020/97

PARECER:

Relatório

Oriunda da Mensagem Governamental nº 080/97, a presente proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Edu Kruger, os lotes nº 40, com área de 84,7154 ha., e nº 51, com área de 13,3648 ha., ambos do imóvel denominado Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga.

Fundamentação

De acordo com o artigo 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é competência privativa desta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Conclusão

Nestas condições, nosso parecer é favorável à proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução, que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 02.12.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/97, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Israel do Prado, o lote nº 02, do imóvel denominado Gamaleão, com área de 106,0115 ha., situado no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Israel do Prado, o lote nº 02, do imóvel denominado Gamaleão, com área de 106,0115 ha., situado no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 019/97

PARECER:

Relatório

Oriunda da Mensagem Governamental nº 079/97, a presente proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Israel do Prado, o lote nº 02, do imóvel denominado Gamaleão, com área de 106,0115 ha., situado no Município de Pitanga.

Fundamentação

De acordo com o artigo 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é competência privativa desta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Conclusão

Nestas condições, nosso parecer é favorável à proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução, que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 02.12.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

Sobre a mesa, Requerimento nº 3318, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3319, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Para Justificar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os funcionários da Prefeitura de Almirante Tamandaré se encontram nas galerias desta Casa, e estão com os salários atrasados. Em reunião que tiveram com o Prefeito daquele município foi alegada a dificuldade de pagamento em razão do não repasse de verbas por parte do Governo do Estado do Paraná.

A maioria desses funcionários são professores da rede pública e que vêm até esta Casa trazer o seu descontentamento e protesto em relação ao atraso do pagamento. Esta

Casa só tem, no nosso entendimento, duas maneiras de colaborar e registrar esse descontentamento. Um deles é dando apoio político para que estes trabalhadores recebam seus salários. O outro é esta Casa, contribuindo com a informação e estes servidores, ver qual é o montante do repasse que foi feito, ou que foi deixado de fazer, ou que ainda será feito, no sentido que estes servidores, estes trabalhadores tenham seus salários colocados em dia.

Por isso fizemos um apelo junto a Bancada do Governo para que este requerimento, além de aprovado, que a resposta, se possível, seja dada o mais rápido para que esses servidores possam saber qual é o dia que eles vão receber o pagamento ou até se não vão receber, caso já tenha havido o repasse e o Prefeito esteja com o caixa vazio.

Então é importante a manifestação, inclusive do Líder do Governo, para dar-nos essas informações.

Agradeço a atenção dos Senhores Deputados.
Muito obrigado!

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também recebi um ofício dos funcionários de Almirante Tamandaré, que alegam que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa não querem dar condições ao Senhor Prefeito de Almirante Tamandaré, para que ponha o salário dos funcionários em dia, e possam receber o 13º salário.

Já fizemos uma Comissão Especial para estudar as finanças dos municípios da grande Curitiba, para ver a real situação financeira desses municípios.

Nesse momento, o PL se alia aos demais Partidos, querendo uma solução do Executivo de Almirante Tamandaré aos senhores funcionários.

Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ilustre Deputado Rosinha.

Quero dizer que não posso precisar o dia em que o Prefeito de Almirante Tamandaré vai pagar os professores, porque não cabe ao Líder do Governo.

O que posso afirmar, aqui, aos Senhores Parlamentares e aos professores, que até amanhã, sexta-feira, qualquer recurso que seja devido pelo Estado a Almirante Tamandaré será passado para esse município. A partir de amanhã os recursos do salário educação estarão nos cofres da Prefeitura de Almirante Tamandaré. Inclusive, ressaltando que os recursos se estenderão a todos os municípios do Paraná.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Estive essa semana com o Prefeito Cesar Manfron - que além de ser meu cunhado, somos companheiros de caminhada política.

Estivemos com o Secretário Giovanni Gionédis, por várias vezes com o Diretor da Secretaria Manfron, e encontramos nos corredores das Finanças do Estado, Deputados com Prefeitos do Paraná inteiro. E na mesma situação, com o problema do atraso do repasse.

Hoje pela manhã conversamos com ele e foi dada a palavra do Líder do Governo, que até amanhã o dinheiro seria passado para as Prefeituras, inclusive para Almirante Tamandaré. E assim que o dinheiro estiver à disposição do município será efetivado o pagamento automaticamente, porque esse recurso é exclusivo dos servidores da educação.

Falo aqui em nome do Prefeito de Almirante Tamandaré, que o dinheiro será repassado automaticamente.
Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje pela manhã no Palácio Iguaçu, o Governador Jaime Lerner, antes de, junto com a primeira dama do Estado anunciar, liberar e entregar dezenas de kombis para a PROVOPAR, APAE, do nosso Estado do Paraná - o Governador deu uma entrevista à imprensa estadual, noticiando,

alertando e divulgando que a partir de hoje o Governador do Estado do Paraná libera os recursos de todos os convênios na área da educação que estão atrasados por motivos de Governo.

Só para ficar claro o que ele disse publicamente: que a partir de hoje começa se colocar em dia todos os convênios da área da educação.

Sabemos que vários Prefeitos, com recursos próprios do orçamento do próprio município, vieram colocar essas despesas da área da educação em dia. E com esse repasse atrasado, vai poder ajudar até mesmo em outras questões sendo um ressarcimento daquilo que os Prefeitos já pagaram com dinheiro do Tesouro Municipal. E agora esse recurso irá ajudar inúmeras coisas, inclusive o 13º salário. Era só para esclarecer.

Muito obrigado!

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Vereador Mauro João do Município de Sabáudia que, com muita honra nos visita e é um prazer muito grande recebê-lo nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrada.

Requerimento nº 3320, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3322, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3324, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3325, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3328, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3329, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3323, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 026 e 027/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 738, 739, 740 e 741/97.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADEMAR TRAIANO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 1997.

"Covas faliu São Paulo"

Jornal do Brasil
Marcos Cintra

Ouve-se, com frequência, uma afirmação que precisa ser desmentida: a de que as finanças do Estado de São Paulo foram saneadas pelo atual governo. O resultado político desejado com este repetido bordão é fazer crer que os sacrifícios que a população paulista está suportando vale a pena, na expectativa de um futuro com recursos para investimentos e melhoria dos serviços públicos estaduais. Nada mais falso.

Shakespeare por certo não errou quando disse que palavras não pagam dívidas. O governo de São Paulo mostrou-se incapaz de passar das palavras à ação no equacionamento de sua dívida. Há um enorme agravante: parou de pagar.

Não se trata de avaliar as causas que originaram a dívida de São Paulo. Sempre se encontrarão argumentos que justifiquem, ou condenem, o processo que gerou o endividamento do estado. Mas o fato a lamentar é que o governo estadual não conseguiu resolver o problema.

Em dezembro de 1994, a dívida do Estado (incluindo Banespa, NCNB e títulos mobiliários) atingia cerca de R\$ 20 bilhões. Em maio de 1997, havia saltado para R\$ 50 bilhões. Em 30 meses a dívida aumentou cerca de R\$ 30 bilhões, equivalente a quase dez CPFLs. Em outras palavras, o governo Covas aceitou pagar juros equivalentes a cerca de quatro companhias Vale do Rio Doce por ano.

O mais surpreendente é que a preços de dezembro de 1995, as receitas do governo do Estado aumentaram de R\$ 23 bilhões em 1994, para R\$ 27 bilhões em 1995, e para R\$ 28,8 bilhões em 1996. O orçamento-programa para 1997 prevê receitas de R\$ 3,7 bilhões e a proposta-orçamentária para 1998 indica R\$ 34,2 bilhões de receitas previstas. No entanto, os serviços públicos se deterioraram, os investimentos praticamente cessaram e o endividamento explodiu. Onde está, portanto, a eficiência que os apoiadores da atual administração apregoam?

O governo alardeia que renegociou sua dívida. É verdade. Mas o acordo apenas consolidou a explosão do endividamento paulista.

Os termos do acordo com o governo fede-

ral, assinado em maio último e recentemente aprovado pelo Senado evidenciam que a dívida do Tesouro Estadual, que em 1994 era cerca de 20% superior à receita anual do Estado, chegou em maio de 1997 a R\$ 50,3 bilhões, mais de 150% acima da receita anual. Foi um espantoso crescimento de quase 40% ao ano neste governo, ainda que as taxas de inflação tenham caído para níveis civilizados de menos de 10%. E isto tudo sem que os necessários investimentos tivessem sido efetuados na manutenção e expansão da infra-estrutura do Estado de São Paulo.

Foi este modelo inaugurado pelo Governo do estado: endividamento com sucateamento. O mais espantoso é que esta performance está sendo apresentada como um exemplo de administração financeira e orçamentária de sucesso.

Em realidade, o acordo assinado com o governo federal mostra duas facetas perversas. Na primeira, incorporou os enormes prejuízos causados pela falta de liderança do governo na defesa dos interesses do Estado durante os quase três anos em que, passivamente, permitiu que a dívida explodisse. E na segunda, prejudicou as administrações futuras ao assumir compromissos que irão restringir seriamente a capacidade de gestão do Estado de São Paulo nas décadas vindouras. Nos próximos 30 anos, 13% das receitas do Estado serão utilizados para pagamento da dívida.

Além desse comprometimento financeiro, o Estado perde patrimônio. Fará dação em pagamento de empresas que levaram gerações para serem construídas. Fepasa, Ceaesp, ações da Eletropaulo, Cesp e o próprio Banespa passarão para o controle do governo federal. Tudo isto por R\$ 6,2 bilhões, um abatimento de apenas 13% da dívida assumida.

Mas a coisa vai mais longe. O Estado de São Paulo fica proibido de assumir novos empréstimos internos ou externos, até que a dívida do Estado seja igual às suas receitas. Hoje é mais do que o dobro. Até que isto ocorra, e pode demorar muito a acontecer dada a atual política econômica contracionista, a administração estadual estará manietada e impedida de contrair novos financiamentos, mesmo que com taxas de retorno social ele-

vadas. Financiamentos para estradas, habitação popular, saneamento, proteção ambiental, despoluição, saúde, educação, desenvolvimento tecnológico e muitas outras prioridades terão de ser postergadas indefinidamente.

O fato é que o acordo com o governo federal atingiu, com cerca de 30 meses de atraso, um resultado que, se tivesse sido obtido logo no início da gestão Covas, implicaria economia substancial para São Paulo. Se, ao invés dos juros de agiota que foram debitados ao povo paulista, o governo estadual tivesse conseguido logo no início o que o governo federal concordou finalmente em conceder (juros reais de 6% ao ano), a dívida renegociada seria de apenas R\$ 31 bilhões e não de R\$ 50 bilhões, uma diferença de quase 30 anos de orçamento da cidade de São Paulo, a terceira maior do mundo. A teimosia do governo Covas nas negociações com a União e com o Banco Central custaram muito caro ao povo de São Paulo.

O mais surpreendente ainda é que a dívida junto ao Banespa, que saltou de R\$ 9,4 bilhões em 1994 para R\$ 24,4 bilhões em maio de 1997 (uma expansão real de 33% ao ano), foi em parte causada pela cessação dos pagamentos das prestações que o Tesouro estadual vinha fazendo para quitar sua dívida. A partir do atraso do Estado de apenas 15 dias no pagamento da prestação de dezembro de 1994 no valor de R\$ 25 milhões (sim, milhões) e que motivou vergonhosa e arbitrária intervenção do Banco Central no Banespa, o governo estadual como que lavou suas mãos em relação às suas obrigações com o banco e, em aparente protesto, parou de pagar em definitivo. O gesto pareceu indicar que já que a União havia decretado o Ract no Banespa, que assumisse também a inadimplência. Foi o erro mais dramático jamais cometido contra as finanças paulistas.

Em suma, tudo foi uma tragédia de erros, de arbitrariedade e de omissões por parte do Banco Central e do governo estadual. Mas quem acaba pagando a conta, como sempre, é o povo paulista que paga cada vez mais impostos e recebe cada vez menos serviços.

* PhD em Economia pela Universidade de Harvard vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e sete, às onze horas, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se os Senhores Deputados José Tavares, César Seleme, Horácio Rodrigues, Eduardo Trevisan e Ricardo Chab, indicados por seus líderes partidários, para a instalação da Comissão Especial criada para averiguação de denúncias veiculadas pela imprensa contra os Senhores Deputados Hermas Brandão e Milinho Puppio. Uma vez instalada a Comissão, os seus membros elegeram para presidente o Deputado José Tavares. Em seguida, por sugestão do Senhor Relator, foi aprovado o roteiro de trabalho, que se iniciará com a oitiva do Senhor Valdecir Aparecido Poletini, atual Prefeito de Faxinal, do Senhor Dirceu Dutra Guerra, ex-Prefeito de Faxinal, do Senhor Osvaldo Ferreira de Castro, Presidente do Sindicato Rural de Faxinal, da Senhora Maria A. N. Bergossi, do Senhor José Luiz Navarro, do Senhor Genivaldo Cavallini e dos Senhores Vereadores de Faxinal, após o que serão ouvidos os Senhores Deputados Milinho Puppio e Hermas Brandão. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata.

(aa) HORÁCIO RODRIGUES - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator
RICARDO CHAB

EDUARDO TREVISAN CÉSAR SELEME

COMISSÃO ESPECIAL ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e sete, na Câmara Municipal de Faxinal, reuniu-se a Comissão Especial, que foi instalada para investigar denúncias contra dois Senhores Deputados Estaduais, sob a Presidência do Deputado César Seleme e contando com as presenças dos Deputados José Tavares e Eduardo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e após declarar o motivo da instalação da Comissão e da viagem ao Município de Faxinal, chamou para depor o Senhor Arildo Ferreira de Castro, Vereador do Município de Faxinal, conforme notas taquigráficas. Após um recesso para o almoço, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos e convidou para depor o Senhor Osvaldo Ferreira de Castro, cujo depoimento se encontra, também, nas notas taquigráficas. Na impossibilidade de tomar novos depoimentos, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 180/97

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 10 da Lei nº 11652/96 de 27 de dezembro de 1996,

RESOLVE:

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11.652 de 27 de dezembro de 1996 nas rubricas abaixo:

CANCELAR	33909200	100.000,00
SUPLEMENTAR	33903600	100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.12.97.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: Deputado LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário